

Carlos Roberto Gonçalves

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DE FAMÍLIA

23ª edição
revista, atualizada
e reformulada

6



saraiva **jur**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Data do fechamento do livro: 28/10/2025

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2026 by SRV Editora Ltda.

Publicada pelo selo **SaraivaJUR**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da SRV Editora Ltda.

- Capa: Tiago Della Rosa

- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G625d

23. ed.

Gonçalves, Carlos Roberto, 1938-

Direito civil brasileiro : 6 : direito de família / Carlos Roberto Gonçalves. – 23. ed. - Rio de Janeiro : Saraiva Jur, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN 9786584004627

1. Direito de família - Brasil. I. Título.



25-101322.0

CDU: 347.6(81)

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO DIREITO DE FAMÍLIA

1. Noção de direito de família	1
2. Conteúdo do direito de família	2
3. Princípios do direito de família	4
4. Natureza jurídica do direito de família	7
5. Família e casamento	9
6. Evolução histórica do direito de família	10
7. O direito de família na Constituição de 1988 e no Código Civil de 2002.....	12

DO DIREITO PESSOAL

TÍTULO I DO CASAMENTO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito	15
2. Natureza jurídica	17
3. Caracteres do casamento	19
4. Finalidades do casamento	21

CAPÍTULO II DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO

1. Da capacidade para o casamento.....	23
1.1. Requisitos gerais e específicos	24
1.2. Suprimento judicial de idade	26
1.3. Suprimento judicial do consentimento dos representantes legais	27

2. O procedimento para a habilitação	28
2.1. Documentos necessários	29
2.1.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente	31
2.1.2. Autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra.....	32
2.1.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não, que atestem conhecer os nubentes e afirmem não existir impedimento	34
2.1.4. Declaração do estado civil, do domicílio e da residência dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos.....	34
2.1.5. Certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casamento anterior ou do registro da sentença de divórcio	34

CAPÍTULO III

DOS IMPEDIMENTOS

1. Conceito e espécies.....	36
2. Impedimentos resultantes do parentesco (consanguinidade, afinidade e adoção)	37
2.1. A consanguinidade.....	37
2.2. A afinidade	40
2.3. A adoção	40
3. Impedimento resultante de casamento anterior.....	41
4. Impedimento decorrente de crime.....	44

CAPÍTULO IV

DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Introdução	47
2. Confusão de patrimônios	48
3. Divórcio	49
4. Confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	49
5. Tutela e curatela	50
6. Observações finais.....	51

CAPÍTULO V

DA OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS

E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Da oposição dos impedimentos	52
1.1. Pessoas legitimadas	52
1.2. Momento da oposição dos impedimentos	53
1.3. Forma da oposição	53

2. Da oposição das causas suspensivas.....	55
2.1. Pessoas legitimadas.....	55
2.2. Momento da oposição das causas suspensivas.....	56
2.3. Forma da oposição.....	56

CAPÍTULO VI

DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

1. Formalidades.....	57
2. Momento da celebração.....	59
3. Suspensão da cerimônia.....	60
4. Assento do casamento no livro de registro.....	61
5. Casamento por procuração.....	63

CAPÍTULO VII

DAS PROVAS DO CASAMENTO

1. Introdução.....	67
2. Prova específica: certidão do registro.....	68
3. Posse do estado de casados: conceito e elementos.....	69
3.1. Validade como prova do casamento de pessoas falecidas ou que não possam manifestar vontade.....	69
3.2. Importância na solução da dúvida entre as provas favoráveis e contrárias à existência do casamento.....	70
4. Prova do casamento celebrado no exterior.....	71
5. Casamento cuja prova resultar de processo judicial.....	73

CAPÍTULO VIII

ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO

1. Casamento válido.....	74
2. Casamento putativo.....	74
2.1. Conceito.....	74
2.2. Efeitos.....	77
3. Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave.....	80
4. Casamento religioso com efeitos civis.....	82
4.1. Retrospectiva histórica.....	82
4.2. Regulamentação atual.....	83
5. Casamento consular.....	84
6. Conversão da união estável em casamento.....	85

CAPÍTULO XI

DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

1. Distinção entre sociedade conjugal e vínculo matrimonial.....	128
2. Inovação introduzida pela Emenda Constitucional n. 66/2010	129
2.1. Breve esboço histórico	129
2.2. Extinção das causas subjetivas e objetivas da dissolução do casamento....	131
3. Causas terminativas da sociedade e do vínculo conjugal.....	132
4. Morte de um dos cônjuges. Morte real e morte presumida	132
5. Nulidade ou anulação do casamento	135
6. Separação judicial e extrajudicial	136
6.1. Separação de direito ocorrida antes do advento da Emenda Constitucional n. 66/2010	136
6.2. Modalidades de divórcio	136
6.3. Efeitos decorrentes da “PEC do Divórcio”	137
6.4. Espécies e efeitos da separação judicial e extrajudicial	137
6.5. Caráter pessoal da ação.....	138
6.6. Tentativa de reconciliação e presença de advogado.....	139
6.7. Características. Requisito	140
6.8. Procedimento. Cláusulas obrigatórias.....	140
6.9. Promessa de doação na separação consensual	144
6.10. O procedimento administrativo, mediante escritura pública, para a sepa- ração e o divórcio consensuais.....	145
6.10.1. Inexistência de nascituro ou de filhos incapazes do casal, caso não tenha havido prévia resolução judicial de todas as questões referentes à guarda, visitação e alimentos deles.....	147
6.10.2. Consenso do casal sobre todas as questões emergentes da separação ou do divórcio	147
6.10.3. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas	149
6.10.4. Assistência de advogado	150
6.10.5. Separação ou divórcio consensuais celebrados por autoridades consulares.....	150
6.11. Espécies.....	150
6.12. Grave infração dos deveres do casamento	152
6.12.1. Adultério.....	153
6.12.2. Abandono voluntário do lar conjugal	155
6.12.3. Sevícia e injúria grave	157
6.12.4. Abandono material e moral dos filhos.....	159
6.12.5. Imputação caluniosa.....	159
6.13. Confissão real e ficta	159

6.14. Insuportabilidade da vida em comum.....	161
6.15. Ruptura da vida em comum.....	164
6.16. Separação por motivo de grave doença mental.....	166
6.17. Separação de corpos.....	169
7. O uso do nome do outro cônjuge.....	173
8. Restabelecimento da sociedade conjugal	175
9. Introdução	175
10. Divórcio-conversão	178
11. Divórcio direto	180
12. Procedimentos do divórcio judicial e da separação de corpos.....	181
13. O uso do nome do cônjuge após o divórcio	184
14. Proteção à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio	185
14.1. A guarda unilateral.....	187
14.2. A guarda compartilhada	187
15. Proteção aos filhos na separação de fato	192
16. Direito de visita	192
17. A síndrome da alienação parental.....	197

TÍTULO II

DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Introdução	203
2. Relações de parentesco socioafetivas.....	204
3. A multiparentalidade	206
4. O vínculo de parentesco: linhas e graus	210
5. Espécies de parentesco	212

CAPÍTULO II

DA FILIAÇÃO

1. Introdução	214
2. Presunção legal de paternidade	215
2.1. A presunção <i>pater is est</i>	215
2.2. A procriação assistida e o Código Civil de 2002	218
3. Ação negatória de paternidade e de maternidade	222
4. Prova da filiação.....	227

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS

1. Filiação havida fora do casamento	230
2. Reconhecimento voluntário	232
2.1. Modos de reconhecimento voluntário dos filhos.....	232
2.2. Oposição ao reconhecimento voluntário.....	235
3. Reconhecimento judicial: investigação de paternidade e maternidade	237
3.1. Legitimidade para a ação	238
3.2. Fatos que admitem a investigação de paternidade.....	243
3.3. Ação de investigação de maternidade.....	248
3.4. Meios de prova.....	248
4. Efeitos do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento	253

CAPÍTULO IV

DA ADOÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	256
2. Antecedentes históricos	257
3. A atual disciplina da adoção	260
4. Quem pode adotar.....	263
5. Quem pode ser adotado	271
6. Requisitos da adoção	272
7. Efeitos da adoção	274
7.1. Efeitos de ordem pessoal.....	274
7.2. Efeitos de ordem patrimonial	276
8. Adoção internacional.....	277

CAPÍTULO V

DO PODER FAMILIAR

1. Conceito.....	281
2. Características	282
3. Titularidade do poder familiar	283
4. Conteúdo do poder familiar	284
4.1. Quanto à pessoa dos filhos.....	284
4.2. Quanto aos bens dos filhos	293
5. Extinção e suspensão do poder familiar	295
5.1. Extinção e perda ou destituição do poder familiar	295
5.2. Suspensão do poder familiar.....	299

DO DIREITO PATRIMONIAL

TÍTULO I

DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES

1. Disposições gerais.....	303
2. Regime de bens: princípios básicos.....	303
2.1. Da imutabilidade absoluta à mutabilidade motivada.....	304
2.2. Variedade de regimes.....	310
2.3. Livre estipulação.....	311
3. Administração e disponibilidade dos bens.....	312
3.1. Atos que um cônjuge não pode praticar sem autorização do outro.....	315
3.2. Suprimento da autorização conjugal.....	320
4. Pacto antenupcial.....	321
5. Regime da separação legal ou obrigatória.....	323
6. Regime da comunhão parcial ou limitada.....	328
6.1. Bens excluídos da comunhão parcial.....	328
6.2. Bens que se comunicam, no regime da comunhão parcial.....	333
7. Regime da comunhão universal.....	335
7.1. Bens excluídos da comunhão universal.....	336
7.2. Outras disposições.....	339
8. Regime da participação final nos aquestos.....	340
9. Regime da separação convencional ou absoluta.....	343

TÍTULO II

DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES

1. Exercício do usufruto e da administração.....	345
2. Autorização judicial para a prática de atos que ultrapassem a simples administração.....	346
3. Colidência de interesses entre os pais e o filho.....	346
4. Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais.....	347

TÍTULO III

DOS ALIMENTOS

1. Conceito e natureza jurídica.....	348
2. Espécies.....	349
3. Obrigação alimentar e direito a alimentos.....	355
3.1. Características da obrigação alimentar.....	356
3.2. Características do direito a alimentos.....	364
3.3. Pressupostos da obrigação alimentar. Objeto e montante das prestações...	371
3.4. Pressupostos subjetivos: quem deve prestar alimentos e quem pode reclamá-los.....	377

4. Alimentos decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da união estável	385
5. Meios de assegurar o pagamento da pensão.....	388
5.1. Ação de alimentos	388
5.2. Ação revisional de alimentos	394
5.3. Meios de execução da prestação não satisfeita	396
6. Alimentos gravídicos.....	407

TÍTULO IV DO BEM DE FAMÍLIA

1. Introdução	411
2. Bem de família voluntário	413
3. Bem de família obrigatório ou legal.....	417

DA UNIÃO ESTÁVEL

TÍTULO ÚNICO DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CONCUBINATO

1. Conceito e evolução histórica	429
2. Regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002	432
3. A união estável no Código Civil de 2002	433
4. Requisitos para a configuração da união estável.....	435
4.1. Pressupostos de ordem subjetiva	436
4.2. Pressupostos de ordem objetiva	438
5. Deveres dos companheiros.....	446
6. Direitos dos companheiros.....	447
6.1. Alimentos	447
6.2. Meação e regime de bens.....	449
6.3. Sucessão hereditária	454
7. Contrato de convivência entre companheiros	455
8. Conversão da união estável em casamento	458
9. As leis da união estável e o direito intertemporal.....	460
10. Ações concernentes à união estável.....	460

DA TUTELA E DA CURATELA

TÍTULO I DA TUTELA

1. Conceito.....	465
2. Espécies de tutela	466
2.1. Tutela testamentária	467
2.2. Tutela legítima.....	469
2.3. Tutela dativa	470

3. Regulamentação da tutela.....	470
3.1. Incapazes de exercer a tutela.....	470
3.2. Escusa dos tutores.....	472
3.3. Garantia da tutela.....	475
3.4. A figura do protutor.....	477
3.5. Exercício da tutela.....	478
3.5.1. O exercício da tutela em relação à pessoa do menor.....	478
3.5.2. O exercício da tutela em relação aos bens do tutelado.....	479
3.6. Responsabilidade e remuneração do tutor.....	484
3.7. Bens do tutelado.....	485
3.8. Prestação de contas.....	486
4. Cessação da tutela.....	487

TÍTULO II

DA CURATELA

1. Conceito.....	489
2. Características da curatela.....	490
3. Espécies de curatela.....	491
3.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	493
3.2. Curatela dos impedidos, por causa transitória ou permanente, de exprimir sua vontade.....	494
3.3. Curatela dos ébrios habituais e viciados em tóxico.....	494
3.4. Curatela dos pródigos.....	495
3.5. Curatela do nascituro.....	497
3.6. Curatela de pessoas capazes. Tomada de decisão apoiada.....	497
4. O procedimento de interdição.....	498
4.1. Legitimidade para requerer a interdição.....	501
4.2. Pessoas habilitadas a exercer a curatela.....	503
4.3. Natureza jurídica da sentença de interdição.....	507
4.4. Levantamento da interdição.....	509
5. Exercício da curatela.....	509
<i>Bibliografia.....</i>	511